

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 12, número 2 (2021)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Violência Contra as Mulheres no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Norte do Brasil: Notas Sobre a Geografia Feminista

*Violencia Contra las Mujeres en el Contexto de la
Pandemia de la COVID-19 en el Norte de Brasil: Notas
sobre Geografía Feminista*

*Violence Against Women in the Context of the Covid-
19 Pandemic in Northern Brazil: Notes on Feminist
Geography*

Elza Beatriz Barros de Paiva

Universidade Federal do Amazonas - Brasil
elzabeatrizbarros@gmail.com

Ana Paula Pereira Nabero

Universidade Federal do Amazonas - Brasil
anapnabero@gmail.com

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas - Brasil
breno.oli@hotmail.com

Como citar este artigo:

PAIVA, Elza Beatriz Barros de; NABERO, Ana Paula Pereira; FERREIRA, Breno de Oliveira. Violência Contra as Mulheres no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Norte do Brasil: Notas Sobre a Geografia Feminista. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 168-183, 2021. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Violência Contra as Mulheres no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Norte do Brasil: Notas Sobre a Geografia Feminista

Violencia Contra las Mujeres en el Contexto de la Pandemia de la COVID-19 en el Norte de Brasil: Notas sobre Geografía Feminista

Violence Against Women in the Context of the Covid-19 Pandemic in Northern Brazil: Notes on Feminist Geography

Resumo

Este ensaio tem como objetivo delinear o fenômeno da violência contra as mulheres durante a pandemia da Covid-19 nos estados que compõem o Norte do Brasil. Fundamentando-se nos aportes teóricos da geografia feminista e da interseccionalidade e nos aspectos sócio-históricos e culturais que ajudam a compor o cenário estudado. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites, boletins oficiais e trabalhos científicos e, a partir dos resultados e das discussões desenvolvidas, verificou-se escassez de informações, denunciando o silenciamento das mulheres nortistas, que possuem particularidades de acordo com o espaço, a cultura e os marcadores de raça, classe e gênero, e que foram acentuadas pelas mudanças acarretadas pela pandemia.

Palavras-Chave: Gênero; Interseccionalidade; Violência contra Mulheres; Amazônia; Geografia Feminista.

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo delinear el fenómeno de la violencia contra las mujeres durante la pandemia de la COVID-19 en los Estados que conforman el Norte de Brasil. Con fundamento en los antecedentes y aportes teóricos de la geografía feminista, de la interseccionalidad y de los aspectos sociohistóricos y culturales, se compone el escenario estudiado. Fue realizada una búsqueda bibliográfica en sitios web, boletines oficiales y trabajos científicos. A partir de las discusiones desarrolladas y los resultados obtenidos, fue verificada una falta de información, lo que pone en evidencia un hecho denunciante que es el silenciamento de las mujeres del Norte brasileño y que poseen particularidades de acuerdo al espacio, la cultura, la raza, la clase y sus descriptores de género, las cuales se vieron más acentuados por los cambios provocados por la pandemia.

Palabras-Clave: Género; Interseccionalidad; La Violencia Contra las Mujeres; Amazonas; Geografía Feminista.

Abstract

This paper aims to outline the phenomenon of violence against women during the Covid-19 pandemic in the states of the Brazilian Northern region. The discussion is based on the theoretical contributions of feminist geography and intersectionality, and on the socio-historical and cultural aspects that help to compose the studied scenario. Bibliographic research was carried out on websites, official bulletins and scientific works, and the results and discussions developed showed lack of information, which denounces the silencing of northern women including its particularities according to space, culture and descriptors of race, class and gender, which were intensified by the changes resulting from the pandemic.

Keywords: Gender; Intersectionality; Violence Against Women; Amazon; Feminist Geography.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



*Pro Brasil o Norte é invisível
Passeio pra gringo
Parquinho pro crime
Cegos não percebem
(Victor Xamã, 2021)*

Introdução

No Brasil, a Covid-19 engendrou não somente uma crise sanitária e de saúde, mas também crises políticas, econômicas e educacionais. Além disso, as medidas que vêm sendo adotadas para mitigar a disseminação do vírus têm trazido desafios específicos para as mulheres. Aqui falamos de mulheres no plural com o fim de ressaltar suas singularidades e os marcadores de raça, classe, gênero e território que carregam consigo, e que compõem suas identidades, demarcando sua subjugação dentro do sistema cisheteropatriarcal.

O cenário em torno dessa questão envolve lutas e disputas antigas. A violência contra as mulheres já tem sido pautada na agenda da Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 2002, além de ser considerada um problema de proporções epidêmicas no mundo por conta de suas repercussões na saúde física e mental em nível individual e coletivo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013). Mas foi com a quarentena que os números de casos de violência aumentaram consideravelmente, sendo a maioria perpetrada pelos próprios parceiros íntimos (INFORME ENSP, 2020).

No Brasil, o cenário foi e ainda é de calamidade, havendo frequentemente cortes nas verbas públicas e má distribuição dos recursos financeiros, somados ao descaso do governo federal e de alguns governos estaduais (BONI, 2021), o que culminou para que, em maio de 2021, o país ultrapassasse as 450 mil mortes de Covid-19 (CONASS, 2021) e protagonizasse uma das piores administrações públicas durante a pandemia (LOWY INSTITUTE, 2021).

Em face de tantas mortes e eventos fatídicos amplificados no contexto da pandemia, ressoa-se o aumento nas ocorrências e nos casos de violência contra as mulheres e que podem ficar ainda mais escamoteadas entre as prioridades das políticas públicas, tornando-se, mais do que antes, uma “epidemia invisível” (GARCÍA-MORENO *et al.*, 2015).

Nosso campo de estudo, o Norte do país, adquiriu ainda contornos específicos, culminados pela falta de insumos básicos nos cuidados com as pessoas (INFORME ENSP, 2021), desvios de verbas (BRASIL DE FATO, 2021), ataques aos povos tradicionais (CLIMAINFO, 2021), narrativas políticas de apoio a medicações contraindicadas que não possuíam nenhuma comprovação de eficácia (BBC NEWS BRASIL, 2021), e tantos outros que deixam esse cenário ainda mais vulnerável.

O Norte do Brasil, composto pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins, traz particularidades na expressão do fenômeno da violência contra as mulheres. Essas particularidades existem por causa de questões históricas características da região, como a exploração sofrida pelas mulheres nortistas desde o início da colonização europeia (SILVA e SILVA, 2020), assim como questões culturais relacionadas ao folclore, como lendas populares que, em seus textos, justificam ou normalizam abusos e violências (OLIVEIRA e SILVA, 2019). Além disso, há questões políticas, que

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



se expressam nas subnotificações de denúncias e dificuldade na transparência das informações oficiais (CHAVES e CÉSAR, 2019).

Com o intuito de problematizar questões regionais e não apenas homogeneizar as violências como um estado monolítico e causal, a geografia feminista aparece como um aporte teórico ideal. Segundo Silva (2009), a geografia feminista emergiu a partir do desejo de descentralização do saber geográfico, que em seu início era dominado por visões de mundo cisheteropatriarcais, e compreendia os espaços de forma neutra e apolítica. Ou seja, anteriormente ao surgimento da geografia feminista, o conhecimento só era aceito e reproduzido pelos pares geógrafos se estivesse acumulado nas mãos de homens cis, heterossexuais e brancos. As mulheres e as pessoas LGBTQIA+ não detinham o poder de produção de conhecimento e, por isso, suas realidades não eram consideradas na formulação das teorias ou na prática.

É importante, nesse processo geográfico, reconhecer as várias formas de opressão das mulheres e suas vulnerabilidades agregadas. Esse fenômeno pode ser explicado através do prisma da interseccionalidade, termo cunhado em 1989 por uma feminista e ativista negra, Kimberlé Crenshaw, que instaurou no feminismo negro a possibilidade de criticidade às políticas e à cultura patriarcal como um todo, que demarca nas mulheres identidades secundárias que irão englobar diferentes tipos de preconceitos e subordinações, como os de raça e de classe, que não podem ser subdivididos, uma vez que tais marcações fazem parte de quem elas são (AKOTIRENE, 2020).

Este artigo faz um levantamento histórico e bibliográfico de literatura científica, textos institucionais e jornalísticos. Traz experiências e reflexões de mais de quinze anos de incidência política, buscando mudanças sociais, culturais e econômicas no debate acerca da violência contra as mulheres, especialmente após a promulgação da Lei Maria da Penha (nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). O levantamento bibliográfico de literatura científica e programática sobre a temática foi realizado a partir dos sistemas de busca SciELO, PubMed e Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Violência contra a Mulher”, “Crimes contra a Mulher”, “Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher”. Também foram coletadas informações de sites midiáticos, como Amazônia Real, G1 e BBC News, além de boletins oficiais, como o Conselho Nacional de Secretaria de Saúde, Lowy Institute, e de cartilhas informativas, como o Atlas da Violência.

Organizamos este ensaio em três seções: a primeira traz o debate histórico e cultural sobre violência contra as mulheres nortistas, a segunda expõe os dados e informações acerca da violência no período da pandemia e a terceira se propõe a fazer uma síntese interpretativa dos dados encontrados, considerando os estudos interseccionais e de gênero e o pensamento pautado na geografia feminista.

Reflexões Históricas e Culturais no Contexto Nortista: O Corpo enquanto Território

Fazer um recorte territorial do Norte do país, diante da realidade de invisibilidade histórica dessa região, revelou-se um desafio. Quando falamos de região Norte, com facilidade podemos visualizar a Amazônia, pensar em

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



suas belezas naturais e na quantidade de vida e diversidade que sua flora e sua fauna carregam. Além disso, a imagem dos povos indígenas parece brotar imediatamente no imaginário popular.

Por vezes, essa percepção idealizada e atemporal enquanto floresta repleta de povos indígenas, aqui representados tal qual foram em 1500, ou então a ideia recorrente de animais selvagens habitando ambientes urbanos, denotam certo preconceito territorial do resto do país com a região. A invisibilidade à qual o Norte é submetido revela-se ainda em uma conhecida “piada” nacional: “o Acre não existe”. Por isso mesmo, achamos importante apontar algumas notas essenciais sobre a diversidade que é a Amazônia: 1) em seu território existe um cenário antagônico às grandes florestas tropicais: os centros urbanos; 2) os povos indígenas de 2021 não são os mesmos representados no ano de 1500 e, por fim: 3) o Norte existe!

Este ensaio tem como foco de análise e reflexão o cenário urbano da Amazônia. Embora esse recorte possa parecer subversivo, tendo em vista que a região é nacional e internacionalmente conhecida por seus ambientes rurais, é uma reflexão que se faz necessária, uma vez que a grande maioria da população amazônica (70%) vive no perímetro urbano (CHAVES e CÉSAR, 2019).

Para compreender a violência contra as mulheres em ambientes urbanos, achamos pertinente caminhar sobre os dizeres históricos e geográficos que permeiam a região, até mesmo para que se favoreça a compreensão das interseccionalidades características do território nortista. Para Chaves e César (2019), a violência contra as mulheres no Brasil passa a ser documentada com a chegada dos colonizadores em nosso território, e, no Norte do país, isso não é diferente. As mulheres foram exploradas e objetificadas desde a colonização europeia, passando os tempos áureos da borracha até hoje, século XXI (SILVA e SILVA, 2020).

A sociedade brasileira foi fundada baseada em sangue e violação de corpos pretos, pardos e indígenas, miscigenação, aculturação e tentativas de aniquilamento. É como sobreviventes desses movimentos socioterritoriais que também emergem as populações nortistas brasileiras (FRAGA, 2019). No que concerne às mulheres amazônicas, o processo de miscigenação se faz primordial e se constitui enquanto uma das primeiras formas de dominação e construção de verdades sobre o corpo dessas mulheres (MARANGONI *et al.*, 2017).

Lascivas, selvagens e primitivas, assim foram retratadas as mulheres amazônicas na história do Brasil. Inferiorizadas duplamente: por serem mulheres e por serem caboclas. Seus corpos foram utilizados como instrumento da colonização, comercializados por seus pais e maridos e entregues aos homens brancos em troca de alimentos ou status social, sob a premissa maior de povoamento do território amazônico (TORRES, 2005; LIMA, 2009; MARANGONI *et al.*, 2017).

Enquanto das mulheres ocidentais era exigida a santidade e a pureza, as mulheres indígenas, por outro lado, eram incentivadas à prática sexual com colonos. A violência sexual contra as mulheres amazônicas encontra-se na base da formação da sociedade miscigenada nortista atual (MARANGONI *et al.*, 2017). A prática dessa violência sexual é tão pertencente à construção do Norte

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



que se evidencia no próprio folclore amazônico: “ei menina, cuidado com o boto!”.

O boto-cor-de-rosa é uma das lendas mais conhecidas pela cultura popular nortista. A maioria da população, rural ou urbana, já se deparou com esse folclore secular. As lendas eram utilizadas para explicar fenômenos de natureza desconhecida. O que nos contam então os contos da floresta?

O boto é figura presente no imaginário dos caboclos, sua lenda conta sobre um homem misterioso, que, durante as noites de festas na Amazônia, saía dos rios e aparecia em terra trajando roupa social branca e um chapéu que escondia seu rosto. O homem é retratado como bonito e sedutor, um ser encantado que abordava meninas da região e, hipnotizando-as, as convencia a um passeio no fundo do rio (OLIVEIRA e SILVA, 2019).

O boto tinha preferência por mulheres jovens e bonitas e, uma vez que as levava para o fundo das águas amazônicas, engravidava-as. Na manhã seguinte, o homem misterioso já não mais se via, tornando-se novamente o boto-cor-de-rosa. Até os dias de hoje, se uma mulher amazônica engravida e não se sabe quem é o pai, há quem responda: “É filho do boto!” (OLIVEIRA e SILVA, 2019; GOES, 2018).

O boto-cor-de-rosa pode ser interpretado como o homem branco, que seduzia as mulheres indígenas, as engravidava e desaparecia, o tal povoamento da Amazônia (LIMA, 2014). O boto ainda foi figura utilizada na região como maneira de se “explicar o inexplicável”, como, por exemplo, mulheres supostamente virgens que apareciam grávidas. Também foi utilizado para esconder abusos sexuais, inclusive intrafamiliares, como entre pais e filhas. Escondendo a verdadeira face da violência sexual contra as mulheres amazônicas e, ao mesmo tempo, representando a violação de seus corpos pelos colonizadores, propagou-se, então, o discurso das crianças concebidas pelo boto-cor-de-rosa (OLIVEIRA e SILVA, 2019).

O corpo dessas mulheres, para a geografia feminista, não consiste apenas em matéria, mas também ocupa categorias políticas em suas existências. Também é visto como território, e tal associação é concebida exatamente entre a relação estabelecida com os territórios dos povos tradicionais e as violações cometidas sobre os corpos femininos. Ou seja, a violação do território se amplia até os corpos, impulsionada pela expansão territorial promovida pelo Estado (SILVEIRA, 2019). Ao colonizar os territórios não se colonizaram somente os espaços, mas também as pessoas ali presentes.

Histórias Escritas com Sangue: Violência Doméstica e Femicídio na Pandemia de Covid-19

Quando falamos do macroespaço que o Norte do Brasil compõe e pautamos nossa discussão na interseccionalidade, conseguimos visualizar uma região pouco privilegiada econômica e politicamente, composta em grande parte por mulheres indígenas e pardas, o que influencia diretamente na inexpressividade dos crimes de violência contra essas mulheres no cenário nacional. Para o patriarcado, a vida de mulheres brancas, instruídas, sulistas e de classes econômicas elevadas sempre vai valer mais do que as vidas subalternizadas de mulheres indígenas, pobres e nortistas.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



A invisibilidade das mulheres nortistas se manifesta, inclusive, no mapeamento, na organização e na divulgação dos dados relacionados à violência, que são majoritariamente veiculados por plataformas midiáticas nacionais e regionais, sem interligação com os governos. Tais informações apresentadas pela mídia não são capazes de representar integralmente o fenômeno discutido, uma vez que se tratam de recortes, casos isolados, períodos temporais distintos e não de pesquisas científicas e governamentais que tenham como objetivo delinear um mapeamento robusto do território Norte como um todo, levando em consideração os perfis das vítimas, suas interseccionalidades e espacialidades (AMAZÔNIA REAL, 2020; AMAZÔNIA REAL, 2021a).

Em consequência dessa realidade, os dados aqui expostos objetivam trazer visibilidade para as mulheres da região, comumente apagadas de debates nacionais. No contexto da pandemia de Covid-19, duas violências ganharam destaque regional, sendo elas: a violência doméstica e o feminicídio.

Em 2020, Amazonas, Pará e Rondônia registraram altas taxas nas denúncias oficiais nas ocorrências de violência doméstica, indo em desconcerto ao restante do país, que registrou queda considerável no mesmo período (PORTAL G1/AMAZONAS, 2021; PORTAL G1/PARÁ, 2021; PORTAL G1/RÔNDOIA, 2021).

O estado do Pará ganhou um título ainda mais problemático: o primeiro estado do país em aumento percentual de registros de ocorrências de casos de lesão corporal por violência doméstica nos primeiros seis meses de 2020 (PORTAL G1/PARÁ, 2020). Os quatro estados restantes, Acre, Roraima, Tocantins e Amapá, seguiram a tendência nacional e registraram quedas percentuais nos registros deste tipo de violência (AMAZÔNIA REAL, 2021b; PORTAL G1/AMAPÁ, 2020; PORTAL G1/RORAIMA, 2021; GOVERNO DO TOCANTINS, 2020).

Essa diminuição pode estar associada às restrições de locomoção que dificultariam a essas mulheres o acesso aos órgãos competentes para realizar suas denúncias com necessidade de presença física. Outro fator apontado é o aumento da convivência com os autores de violência que poderia culminar na inibição das denúncias (PORTAL G1, 2021).

Em relação aos casos de feminicídio, três estados se destacam novamente: Pará e Amazonas, registrando aumento das ocorrências durante o ano de 2020 (PORTAL G1/AMAZONAS, 2021; PORTAL G1/PARÁ, 2021), e o estado do Acre, que durante os primeiros seis meses do mesmo ano liderou como a maior alta na ocorrência de casos de feminicídio no país (PORTAL G1/ACRE, 2020).

Assim como a ocorrência de casos de violência doméstica se intensificou em 2020, apesar das subnotificações fomentadas pela necessidade de isolamento social, o mesmo aconteceu com os casos de feminicídio, no entanto, a notificação deste é mais difícil de ser silenciada. As poucas denúncias efetuadas no período de quarentena também podem ter favorecido o aumento nos índices de feminicídios, uma vez que se isolar e não se comunicar com o exterior é benéfico para que os autores da violência possam continuar a praticá-la até o limite corporal das vítimas (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Na pandemia, o país apresentou aumento nas taxas de assassinato de mulheres de maneira geral, fato explicado pelos especialistas como

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



consequência dos mesmos fatores que propiciaram aumento da violência doméstica, isolamento social e mais tempo de convivência com os autores, por exemplo (BBC NEWS BRASIL, 2020). O assassinato por questões de gênero é a marca final de uma sociedade patriarcal que diariamente comete diferentes violências contra essas mulheres.

O esquecimento e o silenciamento das mulheres nortistas pela territorialidade, que ajuda a compor suas identidades enquanto mulheres negras, mestiças e indígenas, nos permite visualizar as premissas que o feminismo negro nos propõe, já que ele “dialoga concomitantemente [...] com as avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo” (AKOTIRENE, 2020, p. 23). Tal conceito relativo à interseccionalidade ilustra precisamente os graus de opressões que as mulheres nortistas sofrem.

Portanto, com o objetivo de trazer um rosto, de ilustrar e de colocar em destaque as particularidades e vicissitudes que compõem as identidades dessas mulheres, abordaremos aqui alguns recortes dessas histórias. Vale ressaltar que os nomes utilizados para narrar esses fatos são fictícios, inspirados em nomes de flores nativas da Amazônia. Preservando, desta forma, mulheres reais vítimas dessa tragédia coletiva.

Na maioria dos casos, suas vidas foram arrancadas a facadas por homens de confiança. Essa é uma característica comum aos feminicídios que aconteceram na região. Para a antropóloga Flávia Melo, fundadora do Observatório de Violência de Gênero (OVGAM), da Universidade Federal do Amazonas, esse fator revela mais violência na prática do crime, à medida que tirar a vida de alguém com golpes de faca exige muito mais intensidade do que disparar uma arma de fogo (AMAZONIA REAL, 2021c).

Bromélia e Vitória Régia foram mortas com mais de 30 facadas por seus ex-companheiros, alegando como motivação o ciúme. Cabeleira Vermelha, Amarelinha do Rio e Aninga de Várzea, também mortas a facadas por namorados e ex-namorados. Todas no estado do Amazonas. Golpes com as mãos e com os pés também foram maneiras de assassinar mulheres na região Norte. Cachos Dourados, em Tocantins, Ninféia, no Pará, ambas mortas a socos e pontapés por seus companheiros, dentro de casa (AMAZONIA REAL, 2021c; AGÊNCIA PARÁ, 2021).

Com exceção de Sinos da Mata, mulher indígena, nenhuma dessas mulheres teve suas individualidades explicitadas. Etnia, orientação sexual, identidade de gênero e classe social são fatores invisíveis na identificação desses casos, o que dificulta reconhecer as interseccionalidades presentes nessas violências. Assim, essas mulheres são também silenciadas por seus próprios territórios. Alguns fatores mais visíveis se repetem: essas mulheres foram mortas por ciúmes ou por não aceitação do término da relação, foram mortas por namorados e ex-namorados, foram mortas dentro de casa, e foram mortas em meio à pandemia de Covid-19.

É característica do patriarcado o uso de violência para a manutenção da subordinação feminina e esse fenômeno feminicida aparece na sociedade de maneira continuada enquanto processo. Segundo Menicucci (2015), o feminicídio não ocorre de maneira repentina, mas é derivado de uma sequência de violências com raízes misóginas que buscam a opressão e o controle de corpos femininos. Já Soares, Charles e Cerqueira (2019) apontam que a

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



incidência de feminicídios atinge mulheres de diferentes classes sociais e etnias, entretanto, o cenário extremo de violência possui um rosto predominante, e esse rosto no Brasil é de mulheres pobres e pretas.

Assim como na violência doméstica, o isolamento social parece ter agravado o quadro de casos de feminicídios. Contudo, essa temática é uma questão social antiga, enraizada culturalmente e, por vezes, entendida como expressão comum da desigualdade de gênero. É inviável responsabilizar a pandemia de Covid-19 pela incidência desses casos.

Quando refletimos, a partir do prisma da geografia feminista, sobre as questões relativas à violência doméstica, e aqui incluímos seu pior desdobramento: o feminicídio, percebemos sua maior particularidade, que é espaço ou microespaço em que ocorre. O ambiente doméstico sempre foi visto socialmente como espaço privado, cenário de conforto, descanso e intimidades. Ao falarmos deste tipo de violência, trazemos a público um espaço culturalmente conhecido como íntimo, e estendemos a ele debates públicos que englobam as esferas jurídicas, legislativas, políticas, midiáticas e os julgamentos sociais, escancarando expressões de dominação e opressão que não aconteceriam se fossem transferidas para outros espaços (GONTAREK e SILVA, 2020).

O doméstico, de acordo com o que o patriarcado nos impõe, é um espaço estreitamente relacionado ao feminino e à subordinação ao masculino. Portanto, as hierarquias entre os gêneros ligadas aos valores cisheteropatriarcais se manifestarão de modo contundente, aumentando a expressão dessas opressões. Assim, o espaço doméstico assume novos significados para o fenômeno da violência, tendo em vista que modifica as maneiras que ela se manifesta. A casa, portanto, assume novas representações das masculinidades que não seriam possíveis em outros espaços, sendo a violência uma delas. Homens podem ser violentos em casa, mas no trânsito, por exemplo, terem um comportamento gentil e responsável. Para as mulheres, entretanto, o microespaço casa deveria conotar segurança, conforto, proteção, enquanto o espaço das ruas normalmente evocaria medo. Entretanto, essas noções acabam sendo subvertidas pelos significados que o espaço casa assume (GONTAREK e SILVA, 2020).

Síntese Interpretativa

De acordo com os dados expostos, podemos perceber que as mulheres nortistas lutam não só com as violências ou ainda com a pandemia, mas também com a falta de transparência nas informações e dificuldades de acesso a serviços que ofereçam segurança e proteção legal. O isolamento dificultou os percursos dessas mulheres até os dispositivos legais de modo presencial, embora os governos dos estados tenham oferecido alternativas para se fazer as denúncias através da internet, por exemplo. Deve-se considerar que essa informação não alcançou a totalidade das mulheres que sofrem violência, levando em consideração que esse acesso pode ser limitado por questões econômicas, educacionais, e pode ainda ser impossibilitado pelo próprio autor da violência (REDE BRASIL ATUAL, 2020).

Essas dificuldades de acesso à informação ou ainda as subnotificações dos

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



casos de violência são grandemente influenciadas por conta da territorialidade. Isto porque mulheres nortistas estão mais vulneráveis a sofrer diferentes níveis de violência e opressão, tendo em vista que, dentro do Brasil, a região amazônica é silenciada em diversos aspectos, desde o econômico até o cultural e, segundo estimativas, lidera a lista de regiões do país que mais tem subnotificações de violência contra as mulheres (CHAVES e CÉSAR, 2019).

Para compreendermos tais relações de dominação a partir do prisma da geografia feminista, precisamos reconhecer que essas relações fazem parte da construção espacial e que são constituídas historicamente, modificando-se com o passar do tempo. Muitas vezes, como é o caso do Norte, apesar dessas transformações, ainda se mantêm firmes as raízes de opressão e subjugação das minorias, que, neste caso, são as mulheres indígenas, caboclas, pardas e pretas (REIS, 2015).

Nos primeiros documentos e registros históricos acerca da colonização do Amazonas e das regiões adjacentes que compõem o Norte do país, encontram-se relatos de escravidão sexual e violência contra mulheres, abertamente reconhecidas como legais e justificadas pelo Estado. Mulheres que tiveram seus corpos transformados em mercadorias, e que, ainda assim, são muito pouco citadas na história do Norte, tendo sido relegadas ao papel de figurantes, enquanto os homens exploradores protagonizaram a colonização e a catequização da região (CHAVES e CÉSAR, 2019; SILVA e SILVA, 2020).

Mulheres indígenas, caboclas e pretas constituem a maior parte das que sofreram e ainda sofrem violências no Norte do país. Justamente pelas suas identidades é que se tornam mais vulneráveis e acabam sendo duplamente silenciadas, por serem mulheres e pretas, mulheres e indígenas, mulheres e mestiças, mulheres e ribeirinhas. As mulheres nortistas carregam descritores sociais que as subalternizam tanto quanto a região em que vivem. Até hoje, o Norte serve como território de exploração de matérias primas, turismo, mas que não possui voz no capitalismo e na política nacional. “A Amazônia brasileira é como um país de segunda classe dentro do próprio Brasil” (CHAVES e CÉSAR, 2019, p. 141).

Sob o prisma da geografia feminista, conseguimos vislumbrar como essas relações de dominação que geram violências podem variar de acordo com o tempo e o espaço. Também podemos observar como o espaço geográfico pode ser experimentado de maneiras diferentes por homens brancos e mulheres caboclas, indígenas e pretas. Para uns, o espaço pode servir de demonstração de poder através da subjugação e da violência, enquanto para outras, o mesmo espaço denotará diferentes níveis de opressão de acordo com raça, classe, gênero e território (REIS, 2015).

Refletindo sobre a violência doméstica e o feminicídio no contexto pandêmico, podemos analisar o microespaço casa como reprodutor de opressões, preconceitos e violências que são vividos por mulheres nas ruas, no trabalho, e em outros espaços. As relações políticas e de poder estarão presentes da mesma forma e o homem, autor da violência, será quem deterá esse poder, acentuando as desigualdades de gênero que podem ser percebidas em quase todos os outros espaços sociais. Um agravante, neste caso, é que esses homens utilizam a confiança, os afetos e a intimidade para realizar a manutenção desse poder.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



É fato que o cenário das violências foi agravado, mas cabe ao Estado a adoção de medidas necessárias que enxerguem esse fenômeno de maneira interseccional para que se promovam estratégias de combate efetivas. No entanto, essa parece uma realidade distante do contexto brasileiro atual. Necessitar do Estado sob o comando de um presidente que prega a prática do estado mínimo é esperar exatamente pelo que este se propõe a fazer: o mínimo.

As medidas adotadas pelos governos foram, em grande parte, delegar à sociedade a responsabilidade da administração do problema. Houve incentivo de denúncias on-line, uma vez que as delegacias presenciais estavam com quadro de funcionários reduzidos. Acontece que vivemos em um país que não é somente machista, mas também racista e desigual na distribuição de renda. Como consequência, mulheres pretas, caboclas e de baixa renda não são assistidas por essa política, e, por vezes, sequer possuem acesso à internet (REDE BRASIL ATUAL, 2020).

A violência contra as mulheres em tempos de pandemia deriva de uma negligência nacional em termos práticos sobre a proteção dessas vidas. Quanto às mulheres indígenas, estas são ainda mais invisibilizadas, sequer entrando de maneira adequada para as estatísticas. Possuem apenas uma delegacia como corpo técnico para esse tipo de denúncia que utiliza de manuscritos para os relatos, e os profissionais responsáveis ainda atribuem essa violência a características relativas à cultura indígena, normalizando-as (CERQUEIRA *et al.*, 2019; PESSOA e NASCIMENTO, 2020). Cabe aqui ressaltar que em nenhuma cultura deveria ser aceito como natural a morte e a violação de outro ser humano.

As mulheres são subjugadas, mas, dentro da “classe” mulheres, há ainda outras minorias, que sofreram e ainda sofrem diferentes níveis de opressão. Ao longo da história da humanidade, foram vítimas das mais diversas violações, desde serem proibidas de estudar ou sair de casa até serem vendidas por meio do matrimônio ou assassinadas em massa nas fogueiras. Pensar que isso está no passado é ilusão, a perseguição continua, ela só é mascarada, subnotificada, silenciada a nível institucional, ou ainda escondida atrás das paredes de uma casa que deveria significar um lar.

Considerações Finais

A violência contra as mulheres na região Norte do país durante a pandemia, de acordo com os levantamentos e veículos de mídia, se caracterizou por uma diminuição nos índices, o que denuncia a subnotificação, que é característica da região e, com a pandemia, se tornou ainda mais expressiva. Isto porque o espaço e a cultura do Norte do país são invisibilizados, refletindo também na produção científica.

As mulheres nortistas são silenciadas não só por serem mulheres, mas também por serem mulheres indígenas, pardas, pretas e pertencerem ao território Norte. Por isso, têm seus nomes apagados das estatísticas e suas histórias não são contadas nas mídias ou estudadas pela ciência.

A interseccionalidade nos permite enxergar a manifestação do fenômeno das violências e do silenciamento das mulheres nortistas como plural, não homogêneo ou universal. Fenômenos que são multifacetados e que se

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



expressam de modo díspar em corpos pretos, pardos, indígenas e brancos. E a geografia feminista, por sua vez, nos mostra que parte dessa pluralidade advém dos micro e macroespaços físicos e sócio-históricos nos quais essas violências se inserem.

Os níveis de opressão sofridos por mulheres nortistas, se comparados ao cenário nacional, são mais profundos e refletem atributos existentes desde a colonização europeia, onde a exploração de territórios e corpos indígenas e pardos violou toda e qualquer barreira de direitos e liberdade humana. Sendo a posse dos corpos femininos muito mais expressiva e cabal do que a dos masculinos.

O Norte (assim como o Brasil) precisa lembrar a sua história para além da violência e da exploração, pois ela começou a ser escrita muito antes do ano de 1500. Anteriormente à chegada do homem branco e com ele a imposição ao patriarcado, não se encontrava nas mulheres amazônicas a submissão característica desse sistema opressor. Embora houvesse nas tribos divisão sexual do trabalho, esta não era baseada em hierarquias de gênero, e as mulheres pré-coloniais possuíam voz nas decisões que eram tomadas nos âmbitos políticos, econômicos e no funcionamento social como um todo (COSTA, 2000; TORRES, 2005).

Antes de serem subjugadas, essas mulheres eram guerreiras indígenas, também representadas no folclore regional através da lenda da Iara, por exemplo, índia guerreira que defendia sua tribo, e que, após ser traída pelos seus dois irmãos, buscou se defender, matando-os antes que estes pudessem matá-la primeiro. Seu pai, ao descobrir, atirou-a ao rio Solimões, como forma de punição. Iara, entretanto, foi salva pelas criaturas do rio que, somadas ao poder da lua cheia, transformaram-na em uma sereia. A partir de então, ela passou a seduzir os homens brancos, que, ao cair em seus encantos, nunca mais eram vistos, e os que sobreviviam retornavam sem sanidade mental.

De acordo com Oliveira e Silva (2019), Iara retrata as mulheres indígenas como guerreiras e sexualmente livres, dissociando-as da exploração e submissão sexual imposta pelo patriarcado, uma vez que o poder de escolha sempre esteve nas mãos da sereia. A lenda, portanto, é um símbolo de resistência indígena e de liberdade feminina.

Empoderar mulheres, libertá-las, garantindo sua segurança e seus direitos, é um dos caminhos que nos levará a uma sociedade mais equânime. E somente uma sociedade assim poderá combater vírus e pandemias sem, no caminho, dizimar uns aos outros.

Essa é nossa utopia.

Referências

A HISTÓRIA de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. **BBC News Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ACRE É O ESTADO com maior alta no número de feminicídios do país no 1º semestre aponta a estudo. **Portal G1 Acre**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/36bfsk5p>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



Violência Contra as Mulheres no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Norte do Brasil: Notas Sobre a Geografia Feminista

ACRE TEM UMA denúncia de violência doméstica a cada quatro horas. **Amazônia Real**, 08 mar. 2021b. Disponível em: <<https://tinyurl.com/snxwd434>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

AMAZONAS TEM ALTA de 34% em casos de violência doméstica contra a mulher na pandemia. **Portal G1 Amazonas**, 07 mar. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/35yayf55>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

APÓS 70 DIAS de pandemia violência contra mulher reduz cerca de 52% no Amapá. **Portal G1 Amapá**, 01 jun. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2zpw6yjh>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BONI, Mathias. Cortes no investimento em ciência prejudicam resposta à covid-19 no Brasil. **Jornal da Universidade (UFRGS)**, Porto Alegre, 18 mar. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yta9xvyk>>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL TEVE 105 MIL denúncias de violência contra a mulher em 2020. **Portal G1**, 07 mar. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/25fkjfab>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CASOS DE FEMINICÍDIO no Pará aumentam em 40% em 2020 aponta SEGUP. **Portal G1 Pará**, 04 fev. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/24dpnxf>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. “O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira”. **Extraprensa**, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). **Painel CONASS Covid-19**. 25 maio 2021. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 26 maio 2021.

COSTA, Heloísa Lara Campos. A respeito da lógica do poder: o controle sobre o trabalho feminino em duas empresas de Manaus. **Ciências humanas: revista da Universidade do Amazonas**, v.8, n.1/2, p.1 - 33, 2000.

ENTREVISTA: AUMENTAM casos de violência doméstica durante a pandemia da Covid-19. **Informe Ensp**, 2020. Disponível em: <<http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/49047>>. Acesso em: 25 maio 2021.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



FALTA DE OXIGÊNIO causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. **Informe Ensp, 2021**. Disponível em: <<http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926#>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FRAGA, Nilson Cesar. Geografias de tempos de dominação e barbárie: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. *In*: ALVES, Flamarion Dutra *et al.* (Org.). **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84 - 114.

GARCÍA-MORENO, Claudia *et al.* The health-systems response to violence against women. **TheLancet**, n. 385, p. 1567 - 1579, abr. 2015.

GOES, Aquésia Maciel. **Boto-cor-de-rosa: uma narrativa sobre gênero, raça e violência**. 2018. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

GONTAREK, Dimas Diego; SILVA, Joseli Maria. Violência Doméstica e Masculinidades: Uma Análise Geográfica. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 188 - 207, 2020.

ÍNTEGRA DO DISCURSO da ministra Eleonora Menicucci na cerimônia sanção da lei do feminicídio. **Governo Federal**, 09 mar. 2015. Disponível em: <<https://tinyurl.com/uc5667kt>>. Acesso em: 15 maio 2021.

LIMA, Vivian Silva. **Produzidas no Polo Industrial de Manaus: experiências de mulheres trabalhadoras**. 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília-UnB, Brasília.

LIMA, Deborah de Magalhães. O homem branco e o boto: o encontro colonial entre narrativas de encantamento e transformação (Médio Rio Solimões, Amazonas). **Teoria & Sociedade**, Número Especial: Antropologias e Arqueologias hoje, p. 173 – 198, 2014.

LOWY INSTITUTE. Índice de desempenho Covid: desconstruindo as respostas à pandemia. **LowyInstitute**, 13 mar. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4ta4s6rv>>. Acesso em: 25 maio 2021.

MARANGONI, Vivian Silva Lima; DINIZ, Glauca Ribeiro Starling; NEVES, André Luiz Machado das; PONTES, Munique Therense Costa de Moraes; MARTINS, Gizelly de Carvalho de C. Panorama das condições femininas no amazonas: do período colonial ao século XX. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 6, n. 1, p. 21 – 32, 2017.

MENOS ROUBOS E MAIS feminicídios: como a pandemia influenciou a violência no Brasil. **BBC News Brasil**, 18 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54587404>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



MORTES A FACADAS marcam os feminicídios no Amazonas. **Amazônia Real**, 03 mar. 2021a. Disponível em: <<https://tinyurl.com/t4bd7e6y>>. Acesso em: 25 maio 2021.

NA PANDEMIA, TRÊS mulheres foram vítimas de feminicídios por dia. **Amazônia Real**, 08 mar. 2021c. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4auxa2m6>>. Acesso em: 25 maio 2021.

NO AMAPÁ OS dados de feminicídios só saem por meio da Lei de acesso à informação. **Amazônia Real**, 08 out 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/t7ubzz3t>>. Acesso em: 12 maio 2021.

NOVO ATAQUE DE garimpeiros a indígenas na Amazônia. **ClimaInfo**, 2021. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2021/05/27/novo-ataque-de-garimpeiros-a-indigenas-na-amazonia/>>. Acesso em: 12 jul 2021.

OLIVEIRA e SILVA, Maria Sônia. **A representação textual-discursiva do caboclo amazonense em músicas populares e lendas regionais**. 2019. Dissertação (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

PARÁ É O ESTADO com maior aumento de casos de lesão corporal por violência doméstica no 1º semestre de 2020. **Portal G1 Pará**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4x7zwdud>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PESSOA, Brenna Galtierrez Fortes; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Feminicídio e Covid-19: duas expressões da questão social. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 224, p. 37 – 46, 2020.

PF acusa desvio de R\$ 22, 8 mi para o combate à pandemia no AM e prende seis. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/03/pf-acusa-desvio-de-r-28-mi-de-verbas-para-o-combate-a-pandemia-no-am-e-prende-seis>>. Acesso em: 12 jul 2021.

POLÍCIA CIVIL DO PARÁ prende homem que matou a companheira em Belém. **Agência Pará**, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/25713/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

POLÍCIA MILITAR REGISTRA queda de 14% em casos de violência contra mulher no Tocantins. **Governo do Tocantins Gestão Municipalista**, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/fat673y2>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

REIS, Máira Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultural**, n. 38, p. 11 - 34, 2015.

RORAIMA REGISTRA MÉDIA de 11,92 mulheres vítimas de violência doméstica por dia em 2020. **Portal G1 Roraima**, 14 jan. 2021. Disponível em:

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira



<<https://tinyurl.com/2fkdtmy>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

RONDÔNIA REGISTRA QUASE 10 mil denúncias de violências doméstica em 2020. **Portal G1 Rondônia**, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ytvjbcjz>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, Joseli Maria. (Ed.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25 - 54.

SILVA, Suzanna Dourado da; SILVA, Adnilson de Almeida. O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia - Acreana. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n.1, p. 20 - 34, 2020.

SILVEIRA, Manuela M. M. Do corpo-território ao mapeamento dos feminicídios: o que nos ensinam as mapeadoras feministas da América Latina. *In*: ENANPEGE, 13. **Anais ...**, São Paulo, 2019.

SOARES, Danúbia Zanotelli; CHARLES, CharlotJn; CERQUEIRA, Claudia Cleomar Araujo Ximenes. Feminicídio no Brasil: gênero de quem mata e de quem morre. *In*: ENANPEGE, 13. **Anais ...**, São Paulo, 2019.

SUBNOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA contra a mulher cresce e exige inovação nos canais de denúncia. **Rede Brasil Atual**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/95tsazfk>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Edua, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence against women: a 'global health problem of epidemic proportions'. **World Health Organization**, Geneva, 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://tinyurl.com/wcnpntrj>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Rapport mondial sur la violence et lasanté**. Genebra: OMS, 2002.

Contribuição de Aatoria / Contribución de autoría

Elza Beatriz Barros de Paiva: Conceituação, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Escrita – primeira redação.

Ana Paula Pereira Nabero: Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Escrita – primeira redação

Breno de Oliveira Ferreira, Supervisão, Escrita, revisão e edição.

Recebido em 15 de junho de 2021.

Aceito em 29 de setembro de 2021.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Ana Paula Pereira Nabero, Breno de Oliveira Ferreira

